



Projeto sobre gasto com presos volta à pauta do Plenário hoje

Roque de Sá/Agência Senado — 2/7/2019



Na semana passada, as manifestações contrárias ao projeto foram numerosas e provocaram o adiamento da votação

Texto que obriga o detento a ressarcir os gastos do Estado com a sua manutenção no presídio começou a ser votado na semana passada, mas gerou polêmica entre os senadores e teve a votação adiada

A proposta analisada em Plenário é um substitutivo da senadora Soraya Thronicke, que permite o pagamento da manutenção prisional não só com salário recebido por trabalho no presídio, previsto na lei atual, mas também com recursos próprios do preso.

O detento que tiver condição financeira e não fizer o ressarcimento será inscrito na dívida ativa. Ao preso que não tiver recursos, será dado um prazo de até cinco anos para o pagamento. Se, ao final desse prazo, ele continuar sem condições, a

obrigação será extinta.

Segundo Soraya Thronicke, a intenção é atingir os condenados que podem arcar com os custos de sua prisão com recursos próprios, uma vez que os presos mais pobres já têm a previsão do trabalho.

Mas senadores contrários ao projeto afirmam que ele impõe pena dupla e apontam a falta de oportunidades para os presos que querem trabalhar sob a legislação que já existe. Eles também questionaram a capacidade de estados e municípios de colocarem em prática a nova regra. **3**



Saiba como as contas públicas influenciam a vida dos brasileiros

Criada dentro da estrutura do Senado em 2016, a Instituição Fiscal Independente acompanha a forma como o governo lida com as finanças públicas. Trata-se de um trabalho que afeta direta-

mente a vida dos cidadãos, já que o desequilíbrio fiscal, entre outros efeitos, faz os juros do comércio subirem, o desemprego crescer e os serviços públicos perderem verbas. **4**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Felipe Salto (C) e a equipe que atua na Instituição Fiscal Independente

Técnicos divergem sobre impacto de reforma na retomada do emprego

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, especialistas e senadores discordaram sobre os impactos

que as mudanças previstas na reforma da Previdência, em tramitação no Congresso, terão sobre o nível de desemprego no país. **2**

Comissão deve votar LDO nos próximos dias

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Marcelo Castro, informou que o colegiado deve votar nos próximos dias o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. O relatório do deputado Cacá Leão foi entregue no domingo. O prazo constitucional para a votação é o dia 17. **3**

Imposto menor para bens de capital será debatido

A Comissão de Assuntos Econômicos fará audiência hoje sobre uma portaria que regulamenta a aplicação do regime de ex-tarifário na redução do Imposto de Importação sobre Bens de Capital e de Informática e Telecomunicações. O objetivo da portaria é atrair investimentos para o setor. **3**



Geraltio Magalhães/Agência Senado

Grupo de dança tradicional Koharu Shigure se apresenta em sessão especial dirigida por Leila Barros (2ª à esq.)

Sessão celebra chegada dos japoneses ao Brasil

O navio Kasato Maru atracou no Porto de Santos em 1908, trazendo os primeiros 781 imigrantes japoneses ao Brasil. Os 111 anos desse evento foram comemorados ontem em sessão especial no Plenário do Senado. Os participantes destacaram que o Brasil abriga hoje a maior comunidade nipônica fora do

Japão, com cerca de 2 milhões de pessoas. Durante a sessão, requerida e presidida pela senadora Leila Barros, a cooperação entre brasileiros e japoneses nas áreas de meio ambiente, treinamento policial e melhoria da infraestrutura também foi ressaltada pelos convidados. **2**

Técnicos divergem sobre reforma da Previdência

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, especialistas e senadores discordaram sobre os impactos que as mudanças no sistema previdenciário terão sobre o desemprego no país

ESPECIALISTAS DEBATE- RAM ONTEM na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a relação entre a proposta de reforma da Previdência em tramitação e o desemprego no país. Para alguns, a reforma é indispensável para o crescimento econômico. Para outros, ela não resolverá o problema e poderá agravá-lo.

Para o representante do Ministério da Economia, Rogério Nagamine Constanzi, o Brasil passa por um envelhecimento populacional muito rápido e deve se planejar para o futuro. O especialista afirmou que o país precisa lutar para reverter a taxa de desemprego, que começou a cair de forma muito discreta agora. Constanzi disse ainda que há uma grave crise fiscal e que muitos minimizam o problema.

Já o representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis



Diferença de tratamento aos políticos foi questionada por Paulo Paim (C)

Scherer, preocupa-se com a falta de poder de consumo que a reforma da Previdência vai gerar, o que, segundo ele, afastaria o investimento dos empresários no país. O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, e o senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionaram sobre a diferença de tratamento dada aos políticos na reforma.

— As pessoas me enxergam como privilegiado: “Você vai mexer na Previdência de

todo mundo e não mexe na de vocês próprios”. Seria uma forma de esclarecer para as pessoas, porque eu abri mão da Previdência especial — disse Styvenson.

Paim disse que não entende porque o pedágio do político é de 30%.

— Eu só não entendi por que aqueles que estão no sistema não terão um pedágio que seja de 100%, de 50% e por que essa proposta de 30% não foi aceita para os outros.

Comunidade japonesa em MS é significativa, diz Nelsinho

Nelsinho Trad (PSD-MS) celebrou os 111 anos da imigração japonesa no Brasil. Ele ressaltou que Mato Grosso do Sul abriga a terceira maior comunidade nipônica do país, com cerca de 80 mil pessoas.

A grande quantidade de imigrantes japoneses e suas características culturais, disse, acabaram incorporadas à cultura sul-mato-grossense, como na culinária.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kajuru defende projeto para reduzir desperdício de comida

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou em Plenário um projeto apresentado por ele que estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos alimentos. O objetivo do PL 2.895/2019 é reduzir o desperdício e aumentar a oferta de comida para as entidades de assistência social que amparam as pessoas em situação de vulnerabilidade e abandono familiar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rogério homenageia 194 anos da emancipação de Sergipe

Rogério Carvalho (PT-SE) parabenizou ontem o estado de Sergipe pelos 194 anos de emancipação. O senador ressaltou que, apesar de pequeno em dimensão territorial, Sergipe possui um significativo patrimônio cultural e grandes belezas naturais. O estado teve destaque na formação do pensamento do povo brasileiro, com intelectuais como Tobias Barreto, Laudelino Freire e Sílvio Romero.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasília já é um dos principais destinos de férias, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) comemorou informações do *Correio Braziliense* que indicam Brasília como um dos principais destinos de férias em julho.

Como presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e coordenador da bancada do DF, o senador disse que tem atuado para ampliar investimentos que desenvolvam ainda mais o turismo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado comemora 111 anos de imigração japonesa no Brasil

Os 111 anos da imigração japonesa no Brasil foram celebrados em sessão especial ontem no Plenário. A homenagem lembrou a chegada, em junho de 1908, do Kasato Maru, navio que desembarcou em Santos (SP), trazendo 781 japoneses. Hoje o país abriga a maior comunidade de descendentes nipônicos, com cerca de 2 milhões de pessoas.

A senadora Leila Barros (PSB-DF), que propôs a homenagem, destacou a contribuição dos japoneses para o desenvolvimento do Brasil e os laços de amizade entre os dois países.

— No decorrer dessa jornada, nipo-brasileiros têm contribuído para o desenvolvimento do Brasil em diversas áreas, fortalecendo as relações econômicas, humanitárias e científicas.

O embaixador do Japão no Brasil, Akira Yamada, destacou em sua fala a histórica cooperação econômica entre ambos e disse considerar que a aprovação pelo Congresso Nacional de reformas, como a da Previdência, pode estimular que mais empresas japonesas invistam no Brasil.

A diretora do Departamento de Japão e Pacífico do Itamaraty, Cecília Ishitani, o presidente da Federação das Associações Nipo-Brasileiras do Centro-Oeste, Luiz Nishikawa, e o representante-chefe no Brasil da Agência Internacional de Cooperação do Japão, Hiroshi Sato, destacaram a cooperação entre Brasil e Japão em diversas áreas.

Além da execução dos hinos do Japão e do Brasil, a sessão teve apresentações de judô e de uma dança tradicional japonesa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Maconha medicinal**
9h Debate sobre o uso da maconha medicinal e cânhamo industrial.
- CRE Importância do Sisfron**
9h Audiência sobre a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras para a segurança. Após, sabatina de embaixadores indicados para Grécia e Catar.
- MP 882/2019 Programa de parcerias**
9h Audiência com representantes do Ministério da Infraestrutura e do BNDES.
- CAE Dois debates e sabatina**
10h Audiência sobre normas de redução tributária para bens de capital e informática. Às 14h, sabatina para a Instituição Fiscal Independente. Às 15h, debate sobre acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.
- CE Isenção de IR para premiações**
11h Entre 14 itens, o PLS 302/2017, que isenta premiações artísticas do Imposto de Renda.

- CI Energia em prédios públicos**
11h Na pauta de 11 itens, o PLS 253/2016, que trata da instalação de energia elétrica renovável em prédios públicos.
- CTFC Qualidade da telefonia**
11h30 O PLS 159/2016, que obriga a Anatel a divulgar indicadores de qualidade, é um dos 8 itens.
- CCJ Nomes para o CNMP**
13h30 Indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público.
- MP 881/2019 Redução da burocracia**
14h Análise do relatório.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h O PLS 580/2015, que obriga o preso a ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção, está na pauta.
- CMO Verba para a Justiça**
14h30 Na pauta, o PLN 8/2019, que abre crédito especial em favor da Justiça.
- MP 879/2019 Gastos da Eletrobras**
14h30 Debate com o presidente da Enel Distribuição Goiás, entre outros.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Gurgacz defende desconto na energia para produtor familiar

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu em Plenário o projeto que estende para 24 horas por dia o desconto nas tarifas de energia elétrica para o bombeamento de água na irrigação da agricultura familiar. O PL 661/2019 altera a lei sobre os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para unidades rurais. O desconto é concedido apenas entre 21h30 e 6h, o que, para o senador, gera prejuízo ao pequeno produtor.

— Eles têm de pagar adicional noturno para funcionários que monitoram esse sistema ou eles mesmos têm de trabalhar um turno adicional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário pede desbloqueio de verbas para combate a praga

Telmário Mota (Pros-RR) pediu que o governo federal desbloqueie os R\$ 57 milhões do Orçamento para serem aplicados no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Parte do dinheiro, cerca de R\$ 4,79 milhões, servirá para que as autoridades de Roraima possam combater a mosca-da-carambola, praga que impede que o estado exporte sua produção.

— Esse valor pode ser pouco para o Sul e Sudeste, mas para Roraima é a tábua de salvação para resolver o problema da mosca-da-carambola.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo do PT foi incompetente e corrupto, acusa Alvaro

Alvaro Dias (Podemos-PR) acusou ontem o PT de ter governado não apenas de forma corrupta, mas incompetente. O senador disse que sempre desmentiu resultados positivos anunciados pelos governos do PT, em especial a afirmação de que se vivia o espetáculo do crescimento.

— E eu dizia: que espetáculo do crescimento é esse se o país cresce mais, apenas, do que o Haiti, onde mora a pobreza, a miséria, o infortúnio e a guerra? — lembrou.

O senador também criticou a paralisação de 127 das 663 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plenário vota proposta que obriga preso a cobrir gastos

A votação do projeto foi iniciada na semana passada. Segundo a relatora, senadora Soraya Thronicke, a intenção é atingir os condenados que têm condições financeiras de arcar com os custos da prisão

O PLENÁRIO DEVE concluir hoje a votação do projeto que obriga o preso a ressarcir o Estado pelo seu custo com o sistema prisional. O PLS 580/2015 volta à pauta depois de a votação ter sido adiada na semana passada.

Do ex-senador Waldemir Moka, o projeto será analisado na forma de um substitutivo da relatora, Soraya Thronicke (PSL-MS). O texto modifica a Lei de Execução Penal, que prevê a possibilidade de pagamento da pena com trabalho. Ao tornar obrigatório o ressarcimento, o projeto permite o uso de recursos próprios.

Caso o preso tenha condição financeira, mas se recuse a fazer o ressarcimento por alguma das modalidades, ele será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública. Para presos que não possam pagar, haverá a suspensão do pagamento por até cinco anos. Esse prazo será dado para aguardar uma modificação da condição econômica do devedor. Se isso não ocorrer, a obrigação será extinta após esse prazo.

Segundo Soraya Thronicke, a intenção é atingir principalmente os condenados que podem arcar com os custos da sua prisão do próprio bolso, uma vez que os presos mais



Relatora da proposta, Soraya conversa com Lasier (E) e Roberto Rocha

pobres já têm a previsão do trabalho. Senadores contrários ao projeto afirmam que ele impõe uma pena dupla e apontam a falta de oportunidades para os presos que querem trabalhar sob a legislação que já existe.

FGTS

Também pode ser votado hoje o PLS 392/2016, de Rose de Freitas (Podemos-ES), que permite o saque do FGTS por trabalhadores que pedem demissão. Hoje a conta pode ser movimentada em caso de demissão sem justa causa, aposentadoria, doença grave e compra de imóvel, entre outros.

Pronto para deliberação desde o final do ano passado, o projeto teve sua votação adiada pelo impacto que pode causar nas contas públicas. O governo usa o dinheiro do

FGTS para financiar moradias populares e saneamento básico. O setor da construção civil alerta para a possibilidade de o saque do FGTS afetar investimentos, geração de empregos e arrecadação tributária.

Outro item que entrou na pauta é o PLP 71/2019, de Marcio Bittar (MDB-AC), que muda regras para licenciamento ambiental. O senador propõe que, caso o órgão responsável perca o prazo para análise do pedido de licenciamento ambiental de um empreendimento, haverá uma autorização tácita.

O texto foi rejeitado na Comissão de Meio Ambiente (CMA) em maio e foi incluído na pauta do Plenário a partir de um recurso de Bittar. O relator na CMA foi Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

LDO será votada nos próximos dias em colegiado

Com a apresentação, no domingo, do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse acreditar que a proposta deve ser votada nos próximos dias, antes do prazo constitucional de 17 de julho. O relatório é do deputado Cacá Leão (PP-BA).

O senador afirmou que a LDO poderá ser votada nesta semana na CMO e em sessão do Congresso assim que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, convocá-la. Castro disse que, mesmo com os deputados concentrados na aprovação, no Plenário da Câmara, da reforma da Previ-

dência (PEC 6/2019), é possível aprovar a LDO na CMO.

— São assuntos complexos, mas uma coisa não interfere na outra. A CMO vota muitas matérias por consenso. Até agora nós estamos cumprindo todos os prazos, desde que iniciamos, e acredito que tudo transcorra com normalidade.

Reajuste salarial

O relator Cacá Leão alterou o projeto original enviado pelo Executivo. O parecer prevê a possibilidade de reajustes salariais para servidores civis da União, mas a iniciativa caberá ao governo, que havia previsto apenas a correção das remunerações nas Forças Armadas.

No caso das despesas com saúde, o relator sugeriu a ma-

nutenção dos gastos per capita, ao acrescentar ao montante mínimo a ser aplicado a taxa de crescimento populacional. O parecer também incorporou emendas para ampliar as despesas com o piso de atenção básica em saúde e com a atenção à saúde da população para procedimentos de média e alta complexidade.

Do total de 1.045 emendas apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas, 633 receberam voto pela aprovação ou aprovação parcial — sendo 63 de bancada estadual, 72 de comissão e 498 individuais. Segundo Cacá Leão, as emendas individuais foram selecionadas por mérito e frequência.

Com Agência Câmara

Comissão debate redução tributária para máquinas

Uma portaria do Ministério da Economia que regulamenta a aplicação do regime de ex-tarifário na redução do Imposto de Importação sobre Bens de Capital e de Informática e Telecomunicações

(Portaria 309/2019) será tema de audiência hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

Destinado a promover a atração de investimentos no país, o regime de ex-tarifário reduz temporariamente a

alíquota do Imposto de Importação de Bens de Capital e de Informática e Telecomunicação, quando não houver produção nacional equivalente. Fora desse regime, as alíquotas são de 14% e 16%.

Rodrigo pede ações para redução do analfabetismo

O cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo até 2024, prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE), só será possível se houver investimento financeiro e engajamento entre governo, sociedade e empresas, analisou ontem Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O senador ressaltou que o percentual de analfabetos até os 15 anos é muito maior no Norte e no Nordeste. Essa situação compromete o desenvolvimento e, por isso, é preciso maior atenção e ações diferenciadas das praticadas em locais de menor concentração dessa taxa.

Paim cobra mais investimentos em institutos de educação

Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário mais investimento nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Para o senador, o ensino técnico e profissional é um dos alicerces que dão sustentação ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social de um país, à geração de emprego e renda e ao combate à pobreza e à violência.

Paim lembrou que os institutos têm forte inserção na área da pesquisa e extensão, estimulam o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendem seus benefícios à comunidade.

— Não será com cortes nesse setor que vamos resolver os problemas do nosso país.

Para Confúcio Moura, educação no país tem histórico de exclusão

Confúcio Moura (MDB-RO) encerrou uma série de discursos sobre a história da educação no Brasil. O senador concluiu que é preciso adotar medidas extremas para combater a exclusão e a desigualdade crônica nesse setor.

— De um lado, algumas pequenas ilhas de qualidade, comparáveis ao melhor que se pode encontrar em países desenvolvidos. De outro lado, imensos oceanos, em que a grande maioria da população ou não tem acesso ou encontra uma escola de nível abaixo do desejado.

Para Confúcio, a educação é fundamental para o desenvolvimento da nação.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Como as contas públicas afetam a vida do cidadão

Criada pelo Senado em 2016, a Instituição Fiscal Independente alerta governo quando identifica desequilíbrio fiscal e há riscos para a economia, o emprego e os serviços públicos

Ricardo Westin

NO FIM DE 2016, um novo personagem passou a fazer parte do noticiário econômico brasileiro: a Instituição Fiscal Independente (IFI). Trata-se de um órgão que o Senado criou dentro de sua própria estrutura, composto de economistas, com a missão de vigiar a política fiscal do país.

O que a IFI faz, em resumo, é passar um pente-fino nas cifras referentes às receitas e aos gastos do governo e, assim, revelar o estado das contas públicas.

Para os cidadãos comuns, os relatórios que a IFI produz todos os meses podem parecer um conjunto de informações sem aplicação prática. É uma impressão equivocada.

Contas públicas fora de controle (principalmente por causa de gastos altos demais) produzem efeitos colaterais graves. Em uma frente, os juros de bancos e lojas ficam elevados e o desemprego dispara. Em outra frente, começa a faltar dinheiro para as políticas públicas, comprometendo áreas como saúde, educação e segurança, e o governo pode tentar compensar a escassez de recursos cobrando mais impostos da população (*saiba*

mais no quadro abaixo).

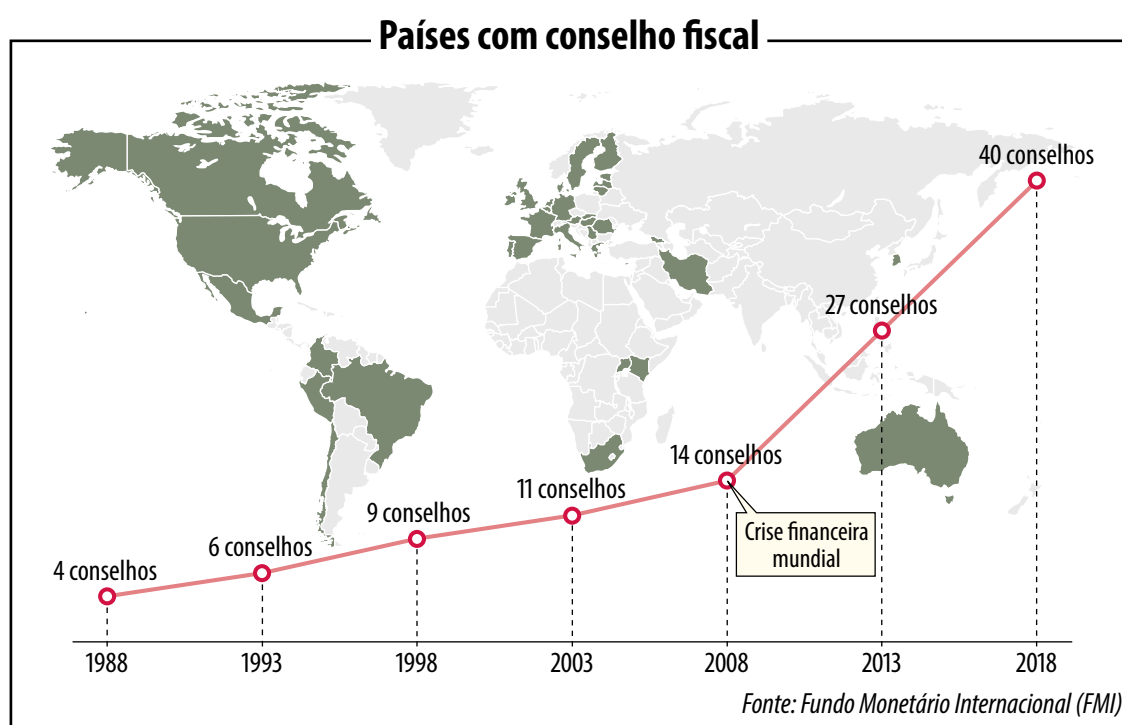
Em inglês, existe um termo informal para referir-se a uma entidade como a IFI: *watchdog* (cão de guarda). A instituição “late” assim que detecta algo estranho na política fiscal, alertando para o desequilíbrio e permitindo que o governo e o Congresso Nacional tomem medidas corretivas.

O economista Felipe Salto, diretor-executivo da IFI desde a criação, explica:

— Quando a IFI ajuda o país a ter disciplina fiscal, a sociedade é a grande favorecida, pois a economia funciona melhor e há mais recursos para as políticas públicas. Longe de ser uma abstração, a política fiscal tem impacto direto e concreto na qualidade de vida dos cidadãos.

Números sob tortura

No mundo das finanças, há uma brincadeira que diz que os números podem ser torturados até transmitirem a informação desejada, mesmo que ela não seja verdadeira. Isso significa que balanços e estatísticas são facilmente manipuláveis. Sabendo disso, a Instituição Fiscal Independente submete as planilhas e análises produzidas pelo governo a exames cuidadosos



e capazes de apontar enviesamentos.

O processo que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, teve como base a acusação de falhas na condução da política fiscal. No período que antecedeu a eleição presidencial de 2014, os gastos federais com políticas públicas dispararam sem que houvesse arrecadação suficiente para cobri-los. O governo, então, passou a adiar o pagamento de grandes valores que devia a bancos públicos, sem mostrar isso nos balanços, dando a impressão de que as contas públicas estavam no azul. Essa manobra contábil ficou conhecida como pedaladas fiscais.

O economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas (ONG dedicada a fiscalizar os gastos públicos), afirma que não havia transparência na época das pedaladas:

— Nem mesmo os bancos, que dispõem de grandes estruturas para acompanhar de perto a política fiscal, perceberam que a situação havia fugido do controle e era gravíssima. Todos acreditaram nos números oficiais sem fazer uma análise mais profunda. Não pode ser assim. É sabido que qualquer governo procura esconder o que está indo mal e mostrar e até inflar o que está indo bem. O grande mérito da IFI é lançar um olhar imparcial sobre os dados oficiais, retirar deles todo o viés político.

Transparência

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que foi o relator do processo de impeachment no Senado, afirma que, como resultado daquele descontrole fiscal, as finanças públicas permanecem deficitárias até

hoje e a economia ainda não voltou a crescer:

— As consequências [das pedaladas] foram o aumento da dívida pública e a perda de confiança dos agentes econômicos, dos investidores e das pessoas. São consequências negativas que o país sente até agora. Se a IFI existisse naquele momento, ela teria apontado os problemas e o Congresso poderia ter tomado providências para que a situação não chegasse a tal ponto.

A IFI foi uma resposta do Senado à crise fiscal decorrente das pedaladas. A criação do órgão foi sugerida pelo senador José Serra (PSDB-SP) em 2015, encampada pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), e aprovada pelo Plenário em 2016, logo depois do impeachment.

Além de vigiar a situação presente, a Instituição Fiscal Independente faz projeções para o curto, o médio e o longo prazo. Isso é particularmente útil para o Congresso Nacional no estudo de projetos de lei que exigem recursos públicos para serem executados.

Nos últimos tempos, a IFI tem publicado análises do impacto que a proposta de reforma da Previdência terá sobre as contas públicas, considerando cada modificação que a Câmara vem fazendo no texto. São subsídios confiáveis que ajudam os parlamentares a decidir como votar.

— A IFI dá transparência aos números reais — avalia José Serra. — Esse tipo de transparência é essencial porque evita que tomemos decisões equivocadas, caras para os cofres públicos e pouco eficientes para o cidadão, e que no futuro passemos pelos mesmos maus pedaços dos últimos tempos, que interditarão a política

econômica.

Além de relatórios mensais de acompanhamento fiscal e análises de projetos de lei, a IFI publica uma série de outros estudos ligados às finanças. Neles, já abordou temas como as contas do FGTS, o sistema previdenciário dos estados, os efeitos da redução da taxa básica de juros e o impacto das renúncias fiscais.

Independência

A Instituição Fiscal Independente não é uma invenção brasileira. Atualmente, 40 países contam com conselhos fiscais semelhantes (*veja mapa acima*). Um dos mais antigos é o dos Estados Unidos, o Congressional Budget Office (Escritório de Orçamento do Congresso, em tradução livre), fundado em 1974.

Assim como ocorreu no Brasil, foi após alguma turbulência que a maioria dos países se deu conta de que era preciso fiscalizar com rigor a política fiscal. Dos 40 conselhos existentes no mundo, a abertura de pelo menos 20, em especial na Europa, foi motivada pela crise financeira mundial de 2008.

O adjetivo “independente” tem motivo. Apesar de pertencer ao Senado, a Instituição Fiscal Independente está blindada da interferência de senadores. Os três economistas que a compõem têm mandato com tempo determinado, o que impede que sejam demitidos ao sabor dos ventos políticos. Eles não podem ser filiados a partido. Antes de tomar posse, passam por sabatina e votação.

Por que é preciso vigiar as contas públicas

Política fiscal desequilibrada	Política fiscal equilibrada
O governo faz gastos superiores ao dinheiro disponível	O governo faz gastos compatíveis com o dinheiro disponível
Os juros da dívida pública sobem	Os juros da dívida pública caem
O governo gasta mais com juros da dívida pública	O governo gasta menos com juros da dívida pública
Os juros para a população também sobem	Os juros para a população ficam baixos
A população para de consumir	A população consome
A produção econômica fica mais fraca	A produção econômica é ativada
O desemprego cresce	O desemprego diminui
A arrecadação de impostos diminui	A arrecadação de impostos aumenta
Sobra menos verba pública para saúde, educação, segurança etc.	Sobra mais verba pública para saúde, educação, segurança etc.

Saiba Mais

Veja os relatórios da IFI:
www12.senado.leg.br/ifi

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania